

Maia propõe “impacto liberal”

por Cezar Faccioli
do Rio

“A conjuntura atual não pode ser arrastada até a posse do próximo presidente sem traumas: acabou o espaço para empurrar com a barriga por meio de expedientes feijão com arroz, como liberdade vigiada de preços. Se as medidas duras forem adiadas, para que um presidente eleito diretamente as aplique, chega a hiperinflação e vão embora as condições para mudar o rumo da economia, jogando no ralo a legitimidade do novo eleito.”

A advertência foi feita pelo deputado federal César Maia (PDT-RJ), principal representante do partido de Leonel Brizola no debate econômico, em palestra a representantes do mercado financeiro, organizada pela corretora Apli-cap.

As sugestões de terapia de Maia, acompanhado no debate pelo economista e vereador Tito Ryff (PDT), causaram mais surpresa do que o diagnóstico: o deputado pedetista acredita que o Brasil precisa “sentir o impacto liberal”, como forma de escapar à hiperinflação. Maia defende a suspensão imediata do conjunto de subsídios e incentivos fiscais, a retirada de reservas de mercado e entraves cartoriais, a redução das tarifas aduaneiras para baratear as importações e expor o empresariado brasileiro à concorrência, além de um programa ortodoxo de ajuste, deflagrado imediatamente.

Iniciado pelo Executivo e retocado pelo Congresso (sugestão semelhante à dos parlamentares José Serra — PSDB-SP — e Francisco Dornelles — PFL-RJ —, co-

mo Maia integrantes da comissão de orçamento e finanças da Câmara), o plano de emergência proposto pelo deputado do PDT incluiria cortes de despesas correntes e investimentos, além da antecipação de receitas mediante o encurtamento dos prazos de recolhimento de tributos e da entrada em vigor de novos impostos, até que estivesse garantido um superávit primário de 3 a 4% do Produto Interno Bruto (PIB). O conceito negociado junto ao FMI e ao Congresso seria o de superávit primário (que exclui correção monetária a custos financeiros da dívida mobiliária), para permitir uma política monetária agressiva, de juros altos e aberto na liquidez.

O impacto da elevação dos juros seria contrabalançado pelo efeito da concorrência externa sobre os preços e por um ajuste não-traumático na dívida mobiliária interna: convencido

o mercado da austeridade fiscal e consequente redução da necessidade de financiamento do setor público, seria conferido poder liberatório para pagamento de impostos aos títulos públicos de prazos mais longos. Para aumentar a atratividade destes papéis, eles seriam corrigidos por um indexador dado como confiável — uma possibilidade seria o IGP-M — pelo mercado.

O programa — inspirado em parte na experiência boliviana — incluiria ainda um reajuste mais acentuado e simultâneo do câmbio, das tarifas públicas e do piso salarial. O reajuste do câmbio não impediria o aumento das importações, reduzindo-se com isto o saldo comercial. O “impacto liberal” de Maia incluiria uma renegociação imediata da dívida externa, com a redução do fluxo de pagamentos ao nível que o ajuste exigisse.